

**SOCIEDADE CULTURAL EDUCACIONAL DE ITAPEVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA**

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PRIMEIRO ANO DO
ENSINO REGULAR**

Jessica Barros

Itapeva – São Paulo – Brasil

**SOCIEDADE CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAPEVA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E AGRÁRIAS DE ITAPEVA**

**DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO PRIMEIRO ANO DO
ENSINO REGULAR**

Jessica Barros
Professora Orientadora M^{SC}. Delcy Lacerda de Oliveira

“Trabalho apresentado a Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva como parte das obrigações para a obtenção do título de licenciada em Pedagogia”.

Dezembro / 2014
Itapeva - SP

A criança como ser humano é um ser aberto à mudança, deficiente ou não, pode modificar-se por efeitos da educação e ao mudar a sua estrutura de informação, formação e transformação de desenvolvimento pode adquirir novas possibilidades e novas capacidades.

(VITOR DA FONSECA)

Dedico aos meus pais, **Jair Nunes de Barros e Ana Maria Barros**, que foram meus alicerces nesta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, que é o mais importante em minha vida, a quem servirei por toda a minha vida.

A toda **minha família**, pelo apoio e incentivo, que me deu forças para prosseguir.

À **Laiz dos Santos Vargas**, por me fazer acreditar neste sonho, e **Tatiane Nunes** por contribuir para a realização deste.

Aos **professores e colegas**, que estiveram ao meu lado nesta trajetória.

A todos que de alguma forma colaboraram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

Página

1. INTRODUÇÃO	9
2. A POSTURA DO PROFESSOR DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO REGULAR AO RECEBER EM SALA DE AULA ALUNOS COM DEFICIENCIA INTELECTUAL.	11
2.1. Deficiência Intelectual.....	13
2.2. A inclusão do deficiente intelectual em sala do primeiro ano.....	15
3. MATERIAL E MÉTODOS	22
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6. REFERÊNCIAS.....	28

DEFICIENCIA INTELECTUAL NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO REGULAR

RESUMO- A deficiência intelectual (DI) aparece cada vez mais nas escolas da rede regular e desperta nos docentes muitas dúvidas de como proceder para o trabalho com esses alunos. O fato é que eles necessitam de uma escola em que sejam incluídos, para que possam se desenvolver e sentirem-se parte da sociedade em que vivem, e seus educadores devem estar preparados para recebê-los e saber como adaptar os currículos e encontrar estratégias para que o conhecimento possa ser mediado e adquirido também para esses alunos. Mas muitos professores ainda não sabem como ensiná-los e admitem que estejam despreparados para o desafio. O presente trabalho irá estudar a DI em sua definição, características e identificação e como professores se veem ao trabalhar com o aluno DI no primeiro ano do ensino regular, e como deve se dar esse trabalho buscando saber como é possível iniciar um processo de alfabetização com os mesmos.

Palavras-Chave: Deficiência intelectual, inclusão, alfabetização, desenvolvimento, comprometimento intelectual.

INTELLECTUAL DISABILITIES IN THE FIRST YEAR OF EDUCATION REGULAR

ABSTRACT - Intellectual disability (ID) appears increasingly in schools and the regular network arouses the faculty very much doubt how to proceed to work with these students. The fact is that they require a school to which they are included, so that they can develop and feel part of the society in which they live, and their educators should be prepared to receive them and know how to adapt curricula and strategies to find that knowledge can be mediated and also acquired for these students. But many teachers still do not know how to teach them and admit they are unprepared for the challenge. This paper will study the DI in its definition, characteristics and identification and how teachers see themselves working with the student ID in the first year of high school, and how should this work seeking to find out how you can start a literacy process with the same.

Keywords: Intellectual Disabilities, inclusion, literacy development, intellectual commitment.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho com deficientes intelectuais em escolas do Ensino regular tem sido cada vez mais frequentes e tem provocado muito receio por parte dos professores, devido se tratarem de uma deficiência que possui um comprometimento na capacidade cognitiva da criança, que é onde a escola exerce seu trabalho para o desenvolvimento do aluno (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

Segundo Lima (2009) tendo em vista o contexto de cursos de graduação ou licenciatura para formação de pedagogos no Brasil, percebe-se que as situações de ensino oferecidas ao final do curso, não formam um professor preparado para o trabalho com a diversidade na sala de aula, de forma que se obtêm uma formação descontextualizada e longe da vivencia na prática.

Para que o professor possa trabalhar com alunos com DI (Deficiência Intelectual) necessita de alguns pré-requisitos como, conhecer as particularidades da educação desses alunos, suas potencialidades, bem como suas necessidades especiais e os avanços que podem obter, para que assim utilizando-se de flexibilidade, comprometimento, criatividade, competência, dedicação, entre outras características, possa realizar um bom trabalho(BRASIL, 1997).

A deficiência mental desafia a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. O aluno com essa deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza (BATISTA e MANTOAN, 2007, p16).

O aluno DI, muitas vezes vindas da pré-escola, pode iniciar um programa de alfabetização em classes comuns do ensino regular. Embora mais lentas, essas crianças avançam e podem obter um bom desempenho acadêmico. Esse aluno traz para a escola um desafio de se incluir um aluno, para que este saiba ter limitações

intelectuais. A alfabetização desses alunos exige do sistema educacional preparo para que encontre caminhos diversificados para incluir esse aluno (BRASIL,1997).

De acordo com Figueiredo e Gomes (2007, p. 50), “na escola, a convivência com as contradições sociais, a diversidade e a diferença possibilitam um espaço rico de aprendizagem para todos os alunos”, a interação realizada na escola entre os colegas, os ambientes, e outros, contribui de forma positiva para o desenvolvimento dos alunos.

Este trabalho tem como objetivo estudar a inclusão de deficientes intelectuais no primeiro ano do ensino regular.

2. A POSTURA DO PROFESSOR DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO REGULAR AO RECEBER EM SALA DE AULA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.

A inclusão de crianças com deficiência intelectual em salas da rede regular de ensino tem provocado muito receio por parte dos professores, devido tratar-se de uma deficiência que é defasada exatamente na capacidade cognitiva da criança, que é onde a escola vai atuar para o seu desenvolvimento.

Atualmente pela necessidade desse trabalho diferenciado nas escolas, aumentaram o número de cursos e capacitações na área inclusiva, porém esses cursos são mais voltados a descrições de quadros clínicos das deficiências do que ao trabalho do professor com esses alunos em sala de aula.

Devido a essa necessidade de capacitação dos professores, recentemente o currículo dos cursos de licenciatura tem sofrido alterações, com o objetivo de prepará-los para o trabalho com a educação inclusiva. (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

A inclusão se realiza na prática e não com a preocupação com o sistema de ensino, em que o aluno precisa cumprir uma meta de aprendizado. O professor não deve estar mais preocupado em cumprir o programa do que se empenhar para que de fato seus alunos alcancem um desenvolvimento satisfatório. Quando o professor se preocupa em cumprir o sistema, está se enquadrando em um modelo tradicional de ensino, onde os alunos são um depósito de conhecimento.

A inclusão traz um incentivo de mudança para as escolas, visto que, para se colocar em prática esse novo paradigma, faz-se necessário que o sistema educacional se modernize, e também os professores, que devem se aprimorar em seus conhecimentos e práticas de ensino, para que consigam atender as necessidades de todos os alunos (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

A escola inclusiva preocupa-se com o desenvolvimento de cada um dos alunos individualmente, faz com que todos se desenvolvam sem deixar nenhum de lado. Para que isso ocorra o educador deve adotar um modelo de ensino mais

individualizado, que observe cada aluno em seu aprendizado, conhecendo suas potencialidades e suas dificuldades, para que assim possa buscar o melhor método a ser usado com cada aluno (BATISTA, MANTOAN, 2007).

A intenção de se estabelecer a educação inclusiva nas escolas da rede regular, não é matricular crianças com necessidades especiais apenas para fazer cumprir a lei, mas, porque necessita-se de uma escola que possa as impulsionar para frente, que ofereça ambientes facilitadores e profissionais transformados sem preconceitos e dispostos a fazer o melhor por seus alunos (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2002).

De acordo com Miranda e Filho (2012), todos os alunos devem ter garantido o direito de aprender, e, para que isso ocorra, as escolas precisam fazer com que o currículo abranja a todos. Sabendo-se que existe muita diversidade dentro das salas de aula, o professor precisa estar preparado e pronto para enfrentar esse desafio, ensinar o mesmo conteúdo a um público heterogêneo, utilizando-se de métodos e estratégias para atingir a todos, e acompanhar o desenvolvimento de todos.

O professor tem um papel importante como promotor do ambiente de aprendizagem inclusiva. Será ele quem conhecerá o aluno e terá com ele uma relação de mediador do conhecimento. Será o professor o único que realmente conseguirá inserir o aluno e fazer com que ele se sinta motivado naquele ambiente (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

O professor deve estar atento às inovações exigidas pela própria profissão, já que o ato de ensinar requer aprendizagem constante, e não deverá desanimar diante das necessidades e de mudanças exigidas como, por exemplo, as adaptações curriculares que deverão ocorrer sempre que se fizer necessário, elaborando programas educativos apropriados, pois se deve trabalhar com um currículo que seja significativo às necessidades dos alunos (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2002, p. 55).

O educador é peça principal quando se trata de educação inclusiva, portanto ele deve cada vez mais se aprimorar e realizar seu trabalho com dedicação, promovendo uma educação que atenda a todos os seus alunos individualmente, e fazendo com que todos avancem de acordo com suas possibilidades, e que apesar das diferenças, todos se sintam parte importante do ambiente em que fazem parte.

Diz Figueiredo e Filho (2012),

Assim, após algum tempo de formação, planejamento, práticas pedagógicas em sala de aula, reflexão, ação, discussão, foi possível notar uma mudança na postura do professor, no que se refere à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (p. 23).

Através de formações, planejamentos, reflexões sobre o ensino, e mudança na prática pedagógica, os professores podem melhor atender aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais, como o aluno DI, e passar a vê-los com outros olhos. Passar a valorizá-los e buscar meios de atendê-los e fazer com que se desenvolvam, se souberem como trabalhar com esses alunos os verá como alunos que tem a necessidade de aprender, e que são capazes disso, não dá para ignorá-los e fingir que eles não estão ali (FIGUEIREDO, FILHO, 2012).

2.1. Deficiência Intelectual

Atualmente se ouve falar cada vez mais em deficiência intelectual, embora ela sempre tenha tido alto nível de incidência, somente nos tempos atuais, vem se descobrindo como tratar essas pessoas, e principalmente os alunos que possuem a deficiência, e que precisam ser incluídos na escola, e obter o máximo de avanços possíveis.

Segundo BRASIL, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, no Brasil de toda a população 10% possui algum tipo de deficiência, sendo que 5% são pessoas com deficiência intelectual. É uma somatória considerável, da qual se parte a necessidade de se pensar na inclusão e trabalho com os alunos que vão para as escolas.

Desde a década de 80, vem-se utilizando o termo deficiência mental ao tratar dessa deficiência, onde antes deste termo já houve outros. “Nos últimos anos o termo “deficiência mental” vem sendo substituído por “deficiência intelectual”, que seria mais apropriado, já que refere-se mais especificamente ao intelecto e não a

mente, como um conjunto, e também se difere de “doença mental”, já que se confunde muitas vezes “deficiência mental” e “doença mental” (SASSAKI, 2004).

Segundo Prioste, Raiça, Machado (2006) a deficiência mental é definida pela American Psychiatric Association (APA,2002).

“Como um comprometimento intelectual significativamente inferior a média, acompanhado de limitações importantes no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho lazer, saúde e segurança, sendo que o início da deficiência deve ocorrer antes dos 18 anos” (p.23).

A deficiência intelectual é definida também por Kirk e Gallagher (2002, p.121, apud Grossman, 1997) como “o funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que coexiste com falhas no comportamento adaptador, e se manifesta durante o período de desenvolvimento”, onde o aluno possui o QI de inteligência menor ao de 97 a 98 por cento de outros com a mesma faixa etária.

Considera-se deficiente intelectual a pessoa que apresenta em testes devidamente aplicados por profissionais especializados, o QI iguais ou inferior a 70-75 pontos (BRASIL, 1997).

Já não se vê essa deficiência como apenas um déficit intelectual, mas, também uma influência do meio, e a falta de empenho da sociedade com questões como a superação de preconceitos, estereótipos (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

Para que seja constatada que uma pessoa possui a deficiência intelectual, ela precisa estar enquadrada em pelo menos duas áreas de habilidades adaptativas, sendo estas dez:

-Comunicação: consiste na habilidade de se comunicar com o outro, seja com palavras, escrita, sinais, e na capacidade de compreender o outro.

-Autocuidado: refere-se aos cuidados básicos como alimentação, higiene pessoal, vestuário, entre outros.

-Vida familiar: diz respeito ao convívio em família, manter um lar, cuidar de despesas.

-Vida social: relaciona-se à vida em sociedade, respeitar regras, conviver com pessoas como colegas de trabalho, vizinhos, amigos, saber controlar impulsos e fazer escolhas.

-Autonomia: consiste na habilidade de tomar decisões relacionadas à própria vida, saber o que é melhor para si mesmo e realizar seus deveres perante a sociedade, defender-se, explicar-se, etc.

-Saúde e segurança: refere-se ao cuidado com a saúde, prevenir-se de doenças, evitar acidentes, seguir normas que lhe oferecem segurança, saber pedir ajuda se necessário.

-Funcionalidade acadêmica: diz respeito a habilidades pedagógicas, sua capacidade de compreensão, aprendizado, que o permitirão realizar atividades básicas importantes em seu dia-dia, como ler, escrever, calcular, entre outros.

-Lazer: ter interesse na participação de atividades de entretenimento, individual ou coletiva, que visem seu bem estar, e saber portar-se adequadamente nesse local.

-Trabalho: refere-se à habilidade de exercer uma função no mercado de trabalho, realizar suas obrigações de forma cooperativa, respeitar o horário de trabalho, saber administrar seu salário, entender a hierarquia e realizar atividades independentes (BRASIL, 1997).

A percepção do professor em sala de aula é de extrema importância para identificar o aluno DI, pois é ele quem possui maior contato com esse aluno, e consegue identificar algumas das características já citadas acima, entre elas a comunicação e a dificuldade no aprendizado são as mais notáveis pelo professor.

Os procedimentos para a identificação da deficiência intelectual é feita através de medição de subnormalidade intelectual e a adaptação do sujeito no meio social, ainda são muito usados os testes individual de inteligência, chamados testes psicométricos, que medem o QI de inteligência, embora sejam discutidos se é ideal para cobrir todos os casos (KIRK E GALLAGHER, 2002).

Existem quatro fatores que podem ser responsáveis pela deficiência intelectual, são eles:

-Fatores sociais: Dizem respeito à interação familiar e social e relacionam-se à situação de extrema privação ambiental e à ausência de interação social e familiar.

-Fatores comportamentais: Estão associados a comportamentos potencialmente causais, tais como a síndrome da criança maltratada, golpeada, seviciada, abusadas ou negligenciada. Tanto aspectos emocionais podem estar envolvidos como os traumas crânio-encefálicos decorrentes.

-Fatores educacionais; estão associados ao não atendimento das exigências de apoio e suporte que certas crianças necessitam para o seu desenvolvimento intelectual e das habilidades adaptativas (BRASIL, p.32).

De acordo com Kirk e Gallagher (2002), o deficiente mental pode ser classificado em leve (educável), moderado (treinável) e grave (profundo). O educável é o DI leve, ele possui dificuldades de aprendizado com relação aos demais alunos, porém com estímulos e adaptação do professor ele é capaz de se desenvolver, se interagir normalmente, e progredir socialmente. O principal meio para se descobrir uma criança DI educável é por ela apresentar muitas dificuldades no trabalho escolar, principalmente na área de linguagens, pois, em demais meios os sinais da deficiência são basicamente imperceptíveis.

O DI treinável é aquele considerado moderado, possui muita dificuldade na aprendizagem acadêmica de qualquer nível, dificuldades ao desenvolver independência, e, possivelmente dificuldade de manter-se financeiramente sem auxílio de terceiros. Com um bom trabalho realizado com esse aluno ele pode desenvolver habilidades de autocuidado, aprender a seguir regras, auxiliar nos trabalhos de casa, ou em ambientes adaptados (KIRK, GALLAGHER, 2002).

Segundo os autores Kirk e Gallagher (2002), o DI grave/profundo normalmente além da DI tem outras complicações, resultando em deficiências múltiplas, ele necessitará de treinamento especial para conseguir cuidar de si próprio, e sempre necessitará de auxílio.

2.2. A inclusão do deficiente intelectual em sala do primeiro ano.

Deve-se mencionar que a inclusão deve ser tratada como um processo e não como um decreto, isto é, o objetivo é buscar cada vez mais ambientes facilitadores da aprendizagem, e atitudes que possam auxiliar o aluno com NE em seu processo de desenvolvimento, e não ir em busca de uma fórmula pronta para se realizar a inclusão, de modo a obter práticas generalizadas, visto que, se trata de uma clientela diversificada, onde cada um possui sua particularidade (RODRIGUES, 2009).

A inclusão de deficientes intelectuais na rede regular tem enfrentado muitos problemas, pois por se tratar de uma deficiência que afeta o desenvolvimento cognitivo do aluno, muitos professores acabam por acreditar que o trabalho com esses alunos será apenas para sua socialização, e que no “pedagógico” nada poderá ser feito, e o aluno não irá aprender a ler, escrever e fazer cálculos (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

De acordo com Brasil (1997), crianças com DI leve “podem atingir um bom nível de desenvolvimento global, permitindo a aquisição da leitura e da escrita, a aprendizagem de conteúdos acadêmicos e habilidades de linguagem semelhantes às do padrão considerado normal”, a criança que frequenta a escola regular pode alcançar um desenvolvimento seguindo seus limites.

A aprendizagem da criança não se resume apenas em habilidades de leitura, escrita e cálculos, mas, sim no desenvolvimento do aluno em todas as áreas, como um todo (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

Os estudiosos que estudam sobre o desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência mental, afirmam que ele se dá seguinte maneira:

- Ocorre através dos mesmos estágios de desenvolvimento que outras crianças sem a deficiência.
- Possui uma organização de inteligências própria de cada estágio de desenvolvimento, como a de todas as crianças.
- As estruturas intelectuais das crianças respondem a estímulos do meio (BRASIL, 1997).

Sendo a criança com ou sem a deficiência intelectual, o processo de desenvolvimento se dará de forma similar. Porém, é preciso ressaltar que existe a limitação cognitiva causada pela deficiência.

A DI de forma alguma pode ser entendida como um rótulo que diz que essa criança não vai aprender talvez ela não aprenda como o professor gostaria que aprendesse, ou não da forma que se deve aprender, e ela terá um ritmo de aprendizagem mais lento e dependente de mais estímulos e dedicação por parte do educador, porém, as estratégias e os métodos utilizados pelo professor podem fazer a diferença, e pode ser que não se perceba avanços em curto prazo, mas, se houver estímulos, com certeza, o aluno vai avançar (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

Para o trabalho com o DI, tão importante quanto conhecer a deficiência é conhecer a personalidade dos sujeitos, já que se trata de grupos que se diferem entre, pois, cada indivíduo possui uma reação diferente frente às limitações causadas pelo comprometimento intelectual. Destaca também que, para se alcançar um desenvolvimento é necessário um sistema educacional que aponte caminhos alternativos, diferentes dos tradicionais, uma vez que esses alunos irão se desenvolver de maneira diferente, de forma que deverá suprir as perdas causadas pela deficiência (NUERNBERG, 2008 apud VIGOTSKI).

Segundo Werneck (1992) o desenvolvimento do aluno DI, depende das habilidades do mesmo, a capacidade de avanços que ele apresenta e métodos e estratégias utilizadas pelo professor no processo de aprendizagem.

Ao iniciar um trabalho de aprendizagem da escrita, leitura, cálculos, e outros conteúdos do primeiro ano, a escola deve proporcionar meios e incentivar esses alunos a se expressarem, pesquisarem, inventarem hipóteses, e reinventarem o conhecimento livremente. Assim, eles poderão acrescentar a esse conteúdo seus conhecimentos prévios e suas necessidades (BATISTA e MANTOAN, 2007).

Um das características do aluno DI é o atraso no desenvolvimento da linguagem, ela se dá da mesma maneira que nas demais crianças, mas, a passo mais lento, e o professor do primeiro ano deverá disponibilizar métodos que auxiliem no aprimoramento da linguagem desses alunos e ao mesmo tempo trabalhar com a alfabetização, utilizando-se de atividades diversificadas (KIRK e GALLAGHER, 2002).

O conteúdo do currículo para crianças deficientes mentais é semelhante ao da escola elementar. Inclui leitura, escrita, linguagem, aritmética, ciências, estética, educação física, recreação e tópicos afins, que levam à adaptação pessoal e social e à competência ocupacional. No entanto, são necessárias modificações no processo educacional e curricular para que este se ajuste às características de aprendizado mais lento e de menor pensamento abstrato do deficiente mental (KIRK e GALLAGHER, 2002, p.151).

O currículo a ser utilizado com alunos DI é o mesmo utilizado com os outros alunos, porém, a maneira como transmitir esses conhecimentos é que vai ser diferente, pois, eles possuem um atraso com relação aos outros da mesma idade e necessitam de atividades diversificadas que os façam compreender o conteúdo. Eles irão aprender de uma maneira mais lenta, e precisarão de materiais concretos para relacionarem o conteúdo com o mundo externo, e irão requerer um período maior para a aquisição da escrita e outros conteúdos (KIRK e GALLAGHER, 2002).

Ao iniciar no primeiro ano, o aluno terá um desenvolvimento cognitivo mais complexo, assim como aumentam os estímulos do meio, e, em resposta, as estruturas intelectuais das crianças de desenvolvem de maneira mais rápida à partir das exigências que lhes é atribuída. A criança DI possui esse desenvolvimento de forma mais lenta e alguns fatores podem influenciar no nível de atraso que cada uma dessas crianças vai ter, como a intensidade da deficiência (leve, moderada, profunda), estímulos do meio, relação com a família, acesso a atendimentos educacionais, etc (BRASIL, 1997).

Muitos professores se veem desestimulados no trabalho com esses alunos, pelo fato de que, quando ensinam algo, e em um pequeno espaço de tempo, eles esquecem o que foi ensinado, mas, para que eles consigam aprender a ponto de não esquecer facilmente, é necessário que o professor repita várias vezes e em diferentes situações. Os DI necessitam de mais repetições para deterem algum conhecimento, quanto mais dedicação um professor dispõe para o aprendizado desse aluno, melhor será o resultado (KIRK E GALLAGHER, 2002).

O processo de alfabetização de alunos DI se dá da mesma maneira que para os outros, porém, com métodos diferentes para chegar ao aluno. Segundo Batista e Mantoan (2007 apud Figueiredo 2006), esses alunos encaram algumas das atividades de alfabetização propostas com motivação, são atividades de escrita do nome próprio, bilhetes, listas de compras, relatos de visitas, passeios, festas, e

acontecimentos, também textos relacionados a gravuras. Essa motivação existe porque na escrita do próprio nome ou de bilhetes num contexto real de comunicação, o aluno DI sente sua importância no meio social, sabe ler e escrever, torna-se um orgulho para ele. Já em escritas mais extensas como escrever histórias despertou-lhes um baixo nível de motivação, pelo grau de dificuldade e por não apresentarem uma função social imediata.

Como aponta França, Nunes, Maia e Alves (2008), ao iniciar o trabalho com o seu aluno DI, o educador deve utilizar-se de algumas estratégias de ensino, tais como:

- Conhecer o aluno, saber suas limitações e seu potencial.
- Valorizar as áreas em que ele se destaca, motivando-o e fazendo com ele tenha autoconfiança.
- Oferecer-lhe um ensino dinâmico, abrangendo também ambientes extra-escolares.
- Envolver os demais alunos da sala em atividades cooperativas, onde um auxilie o outro, motivando-os.
- Adaptar o modo como irá mediar o conhecimento, moldando-o à realidade individual e social desse aluno, valorizando sua cultura e utilizando-se de seus conhecimentos prévios.
- Transmissão de orientações claras e concisas.
- Proporcionar situações de aprendizagem utilizando experiências já vivenciadas anteriormente.

Durante as atividades de alfabetização também se percebe forte motivação, quando o aluno se envolve espontaneamente, sendo assim, eles a desenvolvem com entusiasmo, e aprendem melhor. Existem aqueles que não demonstram interesse e por isso necessitam de maior mediação, e estímulo do professor (FRANÇA, NUNES, MAIA, ALVES, 2008).

A mediação do adulto e a interação que os alunos com deficiência mental estabelecem com o universo da escrita, influenciam significativamente na evolução conceitual dos mesmos no que se refere à linguagem escrita. Normalmente, os alunos que interagem satisfatoriamente com seus professores, com seus pares, e também com o objeto de conhecimento, apresentam melhores resultados se comparados àqueles que têm dificuldades nas suas formas de

interação. Parece que a relação com o conhecimento esta ligada a forma de relação com o outro (BATISTA e MANTOAN, 2007, p. 68).

A interação com o meio mostra-se positiva para um bom desenvolvimento cognitivo, o contato e a socialização do aluno com a escola, a família, o meio em que vive no geral, podem auxiliar o professor no ensino desse aluno com DI (BATISTA e MANTOAN, 2007).

O professor deve incentivar entre seus alunos, um clima de amizade, companheirismo, respeito, e aceitação das diferenças, e de forma nenhuma deixar que se estabeleça um ambiente de competição e preconceito. A maneira como os alunos se relacionam em sala de aula depende da postura adotada pelo professor, cabe a ele moldar seus alunos para que saibam conviver com a diversidade (FRANÇA, NUNES, MAIA, ALVES, 2008).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica acerca do objeto estudado, obtendo assim, um referencial teórico, buscando pensamentos de diversos autores que escreveram sobre o tema de deficiência intelectual, sendo que os principais foram Prioste, Raiça, Machado, Kirk , Gallagher e Brasil.

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem "uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente" (MINAYO,1994, p. 23).

Segundo Boni e Quaresma (2005, apud LUNA, 1999) pode-se entender a pesquisa bibliográfica como um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes.

A pesquisa bibliográfica busca reunir pensamentos de diferentes autores sobre um determinado tema, e a partir disto, obter apontamentos relacionados ao tema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Caldeira e Cavalari (2010), Brasil (1997), e Prioste, Raiça, Machado (2006) o aluno com deficiência intelectual pode frequentar o ensino regular e adquirir conhecimentos, assim como aprender a ler e escrever. Afirmam também os autores que, a mediação oferecida pelo educador, realmente significativa para o aluno, é aquela que aponta caminhos diversificados, combinando estratégias de ensino criativas que consigam atender às necessidades e potencialidades do mesmo.

Conforme aponta Batista e Mantoan (2007), o trabalho educacional que realmente faz o aluno aprender e ter valorizados os conhecimentos dos quais é capaz de produzir, são aqueles em que o professor ao ministrar o mesmo conteúdo para toda a classe, traz uma diversidade de atividades para que cada um deles possa adquirir o mesmo conhecimento, de acordo com suas possibilidades e necessidades. Assim os alunos escolhem as atividades de acordo com seu interesse, e esse aprendizado poderá apresentar mais significado para o aluno deixando-o mais motivado.

O sistema educacional, em geral, deve buscar cada vez mais o aprimoramento e capacitação para o trabalho com a inclusão em escolas da rede regular de ensino, pois, esse trabalho só é bem desenvolvido se os profissionais envolvidos na realização deste forem capacitados e estiverem motivados a realizarem essa inclusão que os deficientes intelectuais tanto necessitam, para se sentirem parte da sociedade, como o são (BRASIL, 1997).

De acordo com França, Nunes, Maia e Alves (2008), o professor deve ter com o aluno uma relação de confiança, motivação, respeito e ser para ele o mediador dos conhecimentos que ele pode aprender. É um trabalho que exige do profissional muita competência, dedicação, criatividade, persistência, e amor ao trabalho que desempenha.

O aluno DI, devido ao seu comprometimento intelectual, não consegue se apropriar do conhecimento da mesma maneira que os demais, por isso ele necessita

de ambientes e métodos de ensino diferenciados para sua aprendizagem, em escolas onde o ensino se da forma tradicional ficará ainda mais difícil para que esse aluno progrida (BATISTA, MANTOAN, 2007).

As escolas devem se aprimorar cada vez mais, visando atender á todos os alunos, pois, possui um público heterogêneo, sendo assim, a maneira de ensiná-los também será diversificada. Todos os indivíduos são diferentes entre si, de modo que também se apropriam do conhecimento através de maneiras diferentes. A educação deve estar preparada para conseguir atingir a todos, pois se continuar a oferecer um ensino somente para os ditos “normais”, vai dar margem cada vez mais para a exclusão, e, em vez de promover o desenvolvimento e a interação com o meio dos alunos DI, irá afastá-los da sociedade (BATISTA, MANTOAN, 2007).

O fato de o aluno DI estar matriculado em uma escola da rede regular de ensino, não significa necessariamente que está se realizando inclusão, pois, em muitas situações, sem o empenho do professor em fazer um trabalho diferenciado a criança é deixada de lado, e pelo contrário, fazendo com que o aluno sinta-se excluído pelo classe e até mesmo pelo professor, que ao deixá-lo de lado sem se preocupar com seu aprendizado faz com ela sinta-se incapaz (PRIOSTE, RAIÇA, MACHADO, 2006).

Segundo Miranda e Filho (2012), é evidente a necessidade de se investir na formação e crescimento profissional do professor, por meio de um investimento que o faça crescer em conhecimento e prática, que o norteie no trabalho com a diversidade de alunos que se encontram nas escolas, principalmente, no que diz respeito a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

O professor precisa ser instruído com relação à maneira de como realizar esse trabalho, e acima de tudo, saber que é possível fazer a inclusão da maneira como deve acontecer para que todos os alunos sejam beneficiados e valorizados.

Conforme Padilha (2001):

Move-me a busca dos sujeitos que são todos os deficientes mentais, sujeitos simbólicos que mesmo com o mundo aos pedaços, continuam capazes de sonhar, de imaginar, desejar, aprender e também amar. Eles esperam de seus educadores maior compreensão de suas possibilidades e uma crença relativa nos diagnósticos dos médicos. Esperam poder participar do mundo cultural das pessoas consideradas normais (p.43).

O DI busca a aceitação e um espaço na sociedade e a escola tem o papel de auxiliá-lo nessa busca e fazê-lo acreditar em sua importância no mundo. Se existe algo que pode impulsioná-lo para frente e motivá-lo a enfrentar os desafios e suas limitações, é a escola. Ao apresentá-lo e inseri-lo no mundo do conhecimento, a escola também estará abrindo-lhe as portas para uma vida mais feliz, fazendo com que ele possa sentir que é capaz de fazer parte do mundo (PADILHA, 2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi estudado pode-se perceber a importância do trabalho do professor no desenvolvimento do aluno com DI, visto que todo o seu aprendizado depende da motivação e adaptação exercida pelo professor.

Muitos professores estão despreparados e sem orientações para realizar a inclusão, e acabam por deixar o aluno de lado, e achar que nada pode ser feito para que ele aprenda.

O aluno com DI possui condições de se desenvolver e de aprender, dentro de seus limites, como todos os outros alunos. O professor não deve desistir de ensinar esse aluno por ele ter um comprometimento intelectual, e deve saber que não é necessário ensinar conteúdos diferentes, mais, sim, ensinar de forma diferente, tal como ele irá compreender.

O professor ao iniciar o trabalho com o DI não deve rotulá-lo como aquele que não vai conseguir aprender, e deixá-lo de lado, sem se preocupar com o seu desenvolvimento, pois, todos tem uma maneira própria de aprender e basta dedicação do professor que com certeza ele irá evoluir.

No primeiro ano pode-se concluir que é possível iniciar o processo de alfabetização, assim como será feito com os demais, o importante é que o professor saiba que esse processo será mais lento e demandará de mais atenção, motivação, persistência, criatividade, e carinho.

Para que haja esse trabalho em sala de aula, é necessário que os docentes estejam preparados e apoiados pela escola. Todos devem trabalhar juntos para que ocorra um ensino adequado aos deficientes intelectuais, que estão matriculados na escola regular, onde eles podem aprender e se desenvolver.

O professor, e também toda a escola, devem estar preparados para trabalhar com esses alunos, e para que isso aconteça, existe a necessidade de capacitação, para que eles saibam não somente que devem fazer inclusão, mas como irá fazer. É necessário que esses profissionais conheçam as características do aluno DI, e como

se dá seu aprendizado, bem como as estratégias que devem ser utilizadas e qual o melhor caminho para se chegar ao desenvolvimento do aluno.

Nunca se deve desistir de um aluno e achar que ele não tem chances de se desenvolver. Todos possuem o direito e a capacidade de se apropriar do conhecimento, e o professor tem a missão de ser o mediador desse conhecimento.

6. REFERÊNCIAS

BATISTA, A. M., MANTOAN, M. T. E. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. Brasília/DF, SEESP/SEED/MEC, 2007.

BONI, V., QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar :como fazer entrevista em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós Graduados em Sociologia Política da UFSC**. V. 2, N.1, Jan-jul/2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do ensino Fundamental: Deficiência Mental**. Brasília,1997.

CALDEIRA, L. F. M., CAVALARI, N. **Dificuldade de Aprendizagem com Deficiência Intelectual**. Caderno Multidisciplinar de Pós Graduação da VCP, Pitanga. V1. N. 4. p. 38-47. Abr. 2010.

FRANÇA, A., NUNES, C., MAIA, D. , ALVES, F. **Abordagem Pedagógica Educativa: Um Percurso**. Diversidades, São Paulo, v1, N. 22, P. 9-13, Out/Nov./Dez., 2008.

KIRK, S. A., GALLAGHER, J. J. **Educação da Criança Excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LIMA, E. F. Formação do Professor. In. MENDES, E. G., ALMEIDA, A., WILLIAMS, L. C. A. **Temas em Educação Especial: Avanços Recentes**. São Carlos. EDUFSCAR, 2009. cap.10, p.233-237.

MANTOAN, M., T., E. **A Integração de Pessoas com Deficiência: Contribuições para uma Reflexão sobre o Tema**. São Paulo, Memnon: edições Científicas, 1997.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: O desafio da Pesquisa Social, In_____ (Org) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 09-80.

MIRANDA, T. G.,FILHO, T. A. G. **O Professor e a Educação inclusiva: Formação, práticas e Lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

NUERNBERG, A. H. Contribuições de Vigotski Para a Educação de Pessoas com Deficiência Visual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, V 13, N. 2. P. 307-316, abr./jun. 2008.

PADILHA, A. M. L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial: A Capacidade de Significar o Mundo e a Inserção Cultural do Deficiente Mental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

PRIOSTE, C., RAIÇA, D. , MACHADO, M. L. **10 Questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, J. L. Reflexões sobre a Trajetória da pessoa em Condição de Deficiência Mental e sua Transição para a vida adulta. In. . MENDES, E. G., ALMEIDA, A., WILLIAMS, L. C. A. **Temas em Educação Especial: Avanços Recentes**. São Carlos. EDUFSCAR, 2009. cap.15, p.343-349.

SASSAKI, R. K. **Deficiência Mental ou Deficiência Intelectual?** [S.l.]: Virtual Books, 2004. Disponível em www.todosnos.unicamp.br, acesso em 10-11-2014.

WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo: um Livro sobre o portador de Síndrome de Down**. São Paulo: Memnon, 1992.